

17/09/2026

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 15.506, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026. Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e cria o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), alterando diversas leis relacionadas à mineração, infraestrutura e incentivos fiscais.

Incentivos e Controles: A lei combina medidas de incentivo (fundos, créditos fiscais, certificação) com mecanismos de controle (homologação societária, rastreabilidade, cadastro obrigatório). Com objetivo regulatório de fortalecer a soberania nacional e garantir suprimento de minerais essenciais à transição energética e à segurança econômica.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 13.118, DE 16 DE SETEMBRO DE 2026. Regulamenta a Lei nº 15.506/2026, para dispor sobre o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), e institui o Grupo de Assessoramento sobre Minerais Críticos e Estratégicos.

Competências do CIMCE: Inclui a aprovação de planos nacionais, o credenciamento de projetos, a homologação de operações societárias e contratos internacionais, a definição do rol de minerais críticos e estratégicos e a atuação como autoridade em certificação mineral de baixo carbono.

Ministério da Fazenda/Gabinete do Ministro

PORTARIA MF Nº 2.813, DE 15 DE SETEMBRO DE 2026. Estabelece o valor unitário da **subvenção econômica** a ser paga aos beneficiários de que trata o art. 1º da Medida Provisória nº 1.391/2026.

Subvenção ao diesel: Autoriza apoio financeiro temporário, com vigência de até 30 dias, a produtores e importadores de óleo diesel, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio. A medida busca reduzir riscos de desabastecimento e conter aumentos abruptos no preço do combustível.

Valor da subvenção: Estabelece R\$ 1,00 por litro de óleo diesel “A” rodoviário, além do valor já previsto em medida provisória anterior, no valor de R\$ 1,12 por litro.

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 91, DE 2026.

Prorroga por 60 dias a vigência da Medida Provisória nº 1.379/2026, que altera a Lei nº 15.473/2026 e outras normas, visando fortalecer e **modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação.**

17/09/2026

Ampliação de limite financeiro: A Medida Provisória nº 1.379/2026 cria nova disponibilidade de crédito para empresas exportadoras, ampliando em até R\$ 13,5 bilhões os recursos para financiamento, com vigência imediata. Indicando maior acesso a linhas de apoio oficial, potencialmente reduzindo custos financeiros e ampliando competitividade internacional.